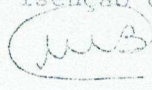


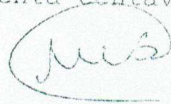
COC - 42/73

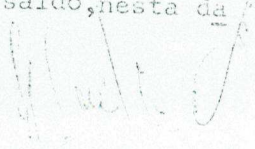
Contrato de Concessão para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e remoção de esgotos sanitários, que entre si fazem a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR e a Prefeitura Municipal de PATO BRANCO, conforme adiante se declara:

Nesta data, compareceram de um lado o Município de PATO BRANCO, por seu Prefeito Municipal, devidamente autorizado pela Lei nº 127/73 e nova redação aos artigos 10 e 14, através Lei 131/73, e do outro lado, a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, neste ato representada por seu Diretor Presidente Engº Mario Brandalise, por seu Diretor Financeiro Engº Napoleão de Araujo, assistida pelo Bel Egas da Silva Mourão, para firmar o presente Contrato de Concessão, nas condições expressas nas cláusulas seguintes: PRIMEIRA: Fica concedido à SANEPAR, criada pela Lei Estadual nº 4684, de 23/01/63, a exploração e operação dos serviços públicos de abastecimento de água e remoção de esgotos sanitários de PATO BRANCO, pelo prazo de 30 anos, obedecida a legislação vigente e aplicável à espécie. PARÁGRAFO ÚNICO: Para os fins previstos no presente Contrato são designados: a) CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de PATO BRANCO; b) CONCESSIONÁRIA: Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR. SEGUNDA: Para um perfeito desempenho do encargo aqui assumido, compete à CONCESSIONÁRIA, com exclusividade, diretamente, ou mediante contrato com entidade especializada em engenharia sanitária: a) estudar, projetar e executar as obras relativas à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários municipais; b) atuar como órgão coordenador executor ou fiscalizador de execução dos convênios celebrados, para os fins do item a, entre o Município e órgãos Federais ou Estaduais; c) operar, manter, conservar e explorar os serviços de água potável e de esgotos sanitários; d) emitir, fiscalizar e arrecadar as contas dos serviços que prestar. TERCEIRA: É delegada à CONCESSIONÁRIA, competência para fixar tarifas que permitam a justa remuneração do investimento, o melhoramento e a expansão dos serviços e assegurem o equilíbrio econômico e financeiro do sistema explorado, nos termos do Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o BHH, de acordo com o disposto nos incisos I e II, do artigo 167, da Constituição Federal. QUARTA: É vedado à CONCESSIONÁRIA proceder isenção de tarifas e custo de seus





serviços. QUINTA: Os loteamentos futuros só poderão ser aprovados pela CONCEDENTE, desde que, em seu traçado, seja prevista a execução de redes coletoras de esgotos sanitários e de distribuição de água, previamente aprovados pela CONCESSIONÁRIA. PARÁGRAFO ÚNICO: A execução de tais melhorias será suportada pela empresa ou pessoa que efetuar o loteamento. SEXTA: Caberá à CONCEDENTE, recompor a pavimentação das ruas danificadas em decorrência das obras de instalação, ampliação e reparos de redes públicas e coletores prediais durante a aplicação e carência dos recursos emprestados pelo BNH. PARÁGRAFO ÚNICO: A CONCESSIONÁRIA ficará obrigada a recompor os passeios ficando-lhe facultado faturar os serviços de recomposição contra os usuários diretamente atingidos. SÉTIMA: O Poder Executivo Municipal, decretará a utilidade pública para fins de desapropriação ou estabelecimento de bens e direitos necessários aos serviços da CONCESSIONÁRIA, seus melhoramentos, extensões e ampliações, nos termos da Legislação vigente. PARÁGRAFO ÚNICO: Nos casos previstos nesta cláusula, o ônus da indenização ficará a cargo da CONCEDENTE, mediante acordo com os interessados ou através de ação judicial. OITAVA: A CONCESSIONÁRIA poderá utilizar, para a realização dos serviços ora concedidos, os terrenos de domínio público municipal e neles estabelecer servidões através de estradas, caminhos e vias públicas, na forma da Lei específica. NONA: A CONCESSIONÁRIA gozará de total isenção de impostos municipais relativamente a seus bens e serviços de conformidade com a Lei Municipal. DÉCIMA: Do custo das obras do novo sistema de abastecimento de água, estimado nesta data, em 42 963,442 UPC, correspondendo a Cr\$ Cr\$ 3 345 563,23 (três milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e três cruzeiros e vinte e três centavos), a CONCEDENTE participará com uma contribuição de 25% (vinte e cinco por cento). PARÁGRAFO PRIMEIRO: A participação da CONCEDENTE de que trata esta cláusula estimada em 10 740,867 UPC, ou seja, Cr\$ Cr\$ 836 390,81 (oitocentos e trinta e seis mil, trezentos e noventa cruzeiros e oitenta e um centavos), será realizada com o acervo líquido patrimonial do Município/SAAE, integrante do projeto do novo sistema de abastecimento de água, constando de estação de tratamento, reservatório, rede de distribuição, materiais de adutora e equipamentos da estação elevatória, bens móveis, utensílios de escritório e ferramentas, material em estoque, conforme levantamento procedido pela CONCESSIONÁRIA e aprovado pela CONCEDENTE avaliados em Cr\$ 653 448,90 (seiscentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e noventa centavos) e o saldo, nesta data





ta, de 2 348,688 UPC, em 12 parcelas mensais de 195,724 UPC, vendível a primeira no mês de janeiro de 1974. PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONCEDENTE participará ainda com igual percentagem, nas futuras construções, melhoramentos, extensões ou ampliações dos sistemas da cidade, de acordo com cronograma físico-financeiro das obras. PARÁGRAFO TERCEIRO: A participação futura de que trata o parágrafo segundo, será em dinheiro e/ou bens e direitos dos sistemas existentes, ficando desde já estabelecido que as participações serão transformadas em ações preferenciais, no capital da CONCESSIONÁRIA, respeitadas as disposições do artigo 2º e seus parágrafos da Lei de Concessão, num montante que não inviabilize economicamente a implantação da obra. PARÁGRAFO QUARTO: No caso de bens e direitos aludidos no parágrafo terceiro o valor dos mesmos será fixado por avaliação, na forma do Decreto Lei nº 2627, de 26 de setembro de 1940 (Lei das Sociedades por Ações). DÉCIMA PRIMEIRA: Se no decorrer da Concessão houver interesse das partes na execução das obras de remoção de esgoto sanitário, a CONCEDENTE se compromete a participar com um percentual a ser definido, mediante assinatura de termo aditivo. DÉCIMA SEGUNDA: Por ocasião da assinatura do presente contrato, o Poder Executivo outorgará procuração à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, de acordo com as disposições do artigo 3º da Lei de Concessão. DÉCIMA TERCEIRA: Será de responsabilidade do Município, os pagamentos das tarifas devidas por banheiros, fontes, torneiras públicas e ramais de esgotos sanitários utilizados pela CONCEDENTE ou de sua responsabilidade. DÉCIMA QUARTA: A CONCESSIONÁRIA não se responsabilizará pela interrupção de fornecimento dos serviços de água e remoção de esgotos sanitários motivada por força maior, como greves, inundações, acidentes, incêndios, comoções públicas, guerras etc. DÉCIMA QUINTA: A CONCESSIONÁRIA manterá constantemente estudos visando o aprimoramento e a programação das obras de instalação e de ampliação dos serviços públicos concedidos dentro de sua política de ação. DÉCIMA SEXTA: Sempre que julgar necessário, a CONCEDENTE poderá solicitar esclarecimentos quanto ao programa de ação em prática na área atendida pela CONCESSIONÁRIA e quanto às tarifas vigentes. DÉCIMA SÉTIMA: A CONCESSIONÁRIA poderá embargar o funcionamento de poços artesianos, freáticos e cisternas existentes nos locais providos de rede pública de distribuição de água, devendo proceder ao fechamento e lacrar as referidas fontes de abastecimento sem o direito dos proprietários ou usuários reclamarem qualquer indenização. PARÁGRAFO ÚNICO: Fica desde já estabelecido que as disposições desta cláusula somente serão a



plicadas quando o sistema operado pela CONCESSIONÁRIA possuir condições técnicas para atender os usuários abastecidos por poços particulares. DÉCIMA OITAVA: Poderá a CONCESSIONÁRIA sustar o fornecimento de água aos usuários, sempre que o débito do imóvel ultrapassar trinta dias do vencimento, e em outros casos previstos em seu Regulamento. DÉCIMA NONA: Ocorrendo o caso de não prorrogação do prazo de concessão prevista na cláusula primeira, ou rescisão do presente contrato, o acervo do sistema de água e coleta de esgotos sanitários, será transferido ao patrimônio do Município, respeitados os estatutos da CONCESSIONÁRIA, bem como após assumir a responsabilidade pelo pagamento dos compromissos financeiros porventura existentes na data da transferência do acervo, e, indenizar a SANEPAR pelos investimentos que excederem a participação do Município. VIGÉSIMA: O Poder Executivo fica responsável pelas eventuais indenizações de bens e direitos reclamados por terceiros, concessionárias ou não, de sistemas de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários. VIGÉSIMA PRIMEIRA: Este contrato terá sua vigência a partir desta data condicionado ao encerramento das atividades da atual Concessionária do serviço, com integral pagamento e indenização de seus credores, quer preferenciais, quer quirografários. PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONCESSIONÁRIA em hipótese alguma, será considerada sucessora do SAAE-PATO BRANCO. PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONCESSIONÁRIA iniciará a operação do sistema de abastecimento de água em 11/12/73. VIGÉSIMA SEGUNDA: Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Capital do Estado, para nele serem resolvidas todas as questões judiciais, derivadas deste instrumento, renunciando as partes expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ENGº MARIO BRANDALISE
DIRETOR PRESIDENTE DA SANEPAR

MILTON POPIJA
PREFEITO MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

ENGº NAPOLEÃO DE ARAUJO
DIRETOR FINANCEIRO DA SANEPAR

BEL EGAS DA SILVA MOURÃO
ASSESSOR JURÍDICO DA SANEPAR

Testemunhas:

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Execução de obra de ampliação do município de Carambei, com fornecimento total conforme detalhado nos anexos do edital. **R**
Licitação: 15h do dia 28/10/2020. **Informaçõe**
obtidas na Sanepar à Rua Engenheiros Rebouças, 1376 - Curitiba/PR, Fones (41)3330-3910/3330-3128, ou pelo site <http://licitacoes-sanepar.com.br>

Priscila Marchini Brunetta - Diretora Administrativa

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR:
551291420

Documento emitido em 19/08/2020 10:31:15.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 10751 | 19/08/2020 | PÁG. 14

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o
Código Localizador no site do DIOE
www.imprensaoficial.pr.gov.br

Paraná - SANEPAR, de acordo com a legislação, termos do Art. 149 do RILC - Inexigibilidade de competição, nº 9160/2020, SERVIÇO DE RE-IVEIS, MARCA SULZER/ABS, MODELO, NS, SSE, DCA CONFORME CADA ITEM, NF DE PING & CIA LTDA, valor R\$12513,05, contrato nº 7/2020.

Paraná - SANEPAR, de acordo com a legislação, termos do Art. 149 do RILC - Inexigibilidade de competição, nº 8829/2020, SERVIÇO DE REFORMA DE RE-VEICULOS, MARCA SULZER, MODELO, NS, PATRIMÔNIO, LOCALIDADE, SSE, DCA CONFORME CADA ITEM, NF DE ENVIO 4078. Contratada A. RIEPING & CIA LTDA, valor R\$ 56743,56, contrato nº 40692, data de assinatura 27/07/2020.

73291/2020

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1423/20

Objeto: Aquisição de bomba dosadora diafragma, bomba dosadora peristáltica, clorador a gás operado a vácuo. **Recursos:** Próprios. **Limite de Acolhimento de Propostas:** 01/09/20 às 08h00. **Data da Disputa de Preços:** 01/09/20 às 10h00, por meio de sistema eletrônico no site <http://www.licitacoes-e.com.br>. **Informações Complementares:** Podem ser obtidas na Sanepar, à Rua Engenheiros Rebouças, 1376 - Curitiba/PR, Fones (41)3330-3910/3330-3128 ou no site acima mencionado.

Priscila Marchini Brunetta - Diretora Administrativa

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1423/20

Objeto: Aquisição de papel A5 para impressão laser para conta de água - 2 via, conta de água em papel A5. **Recursos:** Próprios. **Limite de Acolhimento de Propostas:** 01/09/20 às 08h00. **Data da Disputa de Preços:** 01/09/20 às 10h00, por meio de sistema eletrônico no site <http://www.licitacoes-e.com.br>. **Informações Complementares:** Podem ser obtidas na Sanepar, à Rua Engenheiros Rebouças, 1376 - Curitiba/PR, Fones (41)3330-3910/3330-3128 ou no site acima mencionado.

Priscila Marchini Brunetta - Diretora Administrativa

73217/2020

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, de acordo com a legislação, torna pública a contratação nos termos do Art. 148 - I do RILC - Dispensa de Licitação em Razão do Valor para Obras e Serviços de Engenharia, nº 10070/2020, Contratação de serviços de re-adequação da entrada de energia do CSB05 em Cafelândia. Contratada MATERIAIS ELETRICOS LBC LTDA, valor R\$ 44650,00, contrato nº 41054, data de assinatura 17/08/2020.

73332/2020

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR torna público que celebrou com o Município de PATO BRANCO, um contrato de concessão para execução dos serviços públicos de saneamento básico (água e esgotos sanitários), com exclusividade, conforme prazo e condições seguintes: Prazo: 30 (trinta) anos, prorrogáveis - COC 42/73 - Início: 10/12/1973. - Vencimento: 10/12/2003. Lei Municipal: nº 127/73, de 10/05/1973.

Curitiba, 17 de Agosto de 2020.

Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar

173/96 Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Nº 42/73 - Município: PATO BRANCO - Objeto: Prorrogar por mais 30 (trinta) anos o prazo da concessão a partir da data de 10/12/2003, encerrando-se em 10/12/2033. Data de Assinatura: 26/06/1996.

73330/2020

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, de acordo com a legislação, torna pública a renovação do contrato de locação nº 1108196 do imóvel localizado na cidade de Cascavel, firmado com a empresa Balanças Capital Ltda, por um período de 24 meses a partir de 01/08/2020 à 31/07/2022, no valor total de R\$ 685.558,08 (seiscentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e oito centavos), data da assinatura 24 de Julho de 2020.

73608/2020

RESULTADO DA LICITAÇÃO 129/2020

A Comissão de Licitação designada por resolução torna público, para o conhecimento dos interessados, o que segue:
Preço máximo da licitação: R\$ 6.185.047,28.

Classificação:

1ª) Consórcio TB - SM7 - Bioproj

R\$ 4.349.535,00;

2ª) Gratt Indústria de Máquinas Ltda.

R\$ 5.385.183,00;

(*) Rotária do Brasil Ltda.

R\$ 6.544.796,99;

(*) Fast Indústria e Comércio Ltda.

R\$ 6.976.480,00.

(*) As Empresas Rotária do Brasil Ltda. e Fast Indústria e Comércio Ltda. foram desclassificadas, pela apresentação de preço acima do estimado para a contratação, nos termos do disposto no Art. 56, IV, da Lei nº 13.303/16, e Art. 88, IV do RILC.

Habilitação:

A Comissão de Licitação decide considerar a proponente Consórcio TB - SM7 - Bioproj habilitada, tendo em vista o atendimento a todos os critérios estabelecidos pelo Edital de Licitação, e a declara vencedora da licitação.

O inteiro teor da Ata de Julgamento está disponível na internet, no site da Sanepar. (<http://licitacoes-sanepar.com.br>). Abre-se o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, conforme determina a legislação vigente.

Lucas Paulino da Silva

Presidente da Comissão de Licitação

73268/2020

NOTIFICAÇÃO

Notificamos a empresa CIC CENTRO DE IDIOMAS DE CURITIBA EIRELI CNPJ 27.911.790/0001-13, da instauração de processo administrativo e Citação para, querendo, apresentar Defesa. A empresa assinou o Contrato nº36734 em 26/08/2019 para prestar serviços de inglês executivo in company pelo período de execução de 26/08/2019 a 25/08/2020. Em 16/04/2020 a empresa havia encerrado suas atividades e a Sanepar não foi comunicada formalmente do fato. Até a data não houve pronunciamento da empresa e nem tampouco a continuidade dos serviços. Diante do exposto, estamos notificando a abertura de Processo Administrativo, visando nos termos do Edital de Licitações e dos Artigos 209 e 214 do RILC (1) - Regulamento Interno de Licitações e Contratos e Convênios da SANEPAR, a rescisão unilateral e a aplicação de possíveis sanções administrativas. Para assegurar o direito à defesa prévia garantida pela Constituição Federal, fica vossa senhoria citada para, querendo, apresentá-la e indicar as provas que pretende produzir ao longo da instrução, no prazo legal de cinco dias úteis a partir da data desta publicação. A defesa deverá ser protocolada nesta Companhia, na Gerência de Aquisições - GAQS, na Rua Engenheiros Rebouças, nº 1376 - CEP 80215-900 - Curitiba-PR. - aos cuidados dessa Comissão.

Comissão Permanente de Apuração de Responsabilidade por Infração às Normas Legais - Resolução 391/2020

73442/2020

RESULTADO DA LICITAÇÃO 216/2020

A Comissão de Licitação designada por resolução torna público, para o conhecimento dos interessados, o que segue:

Classificação:

1ª) Dimatec Manutenção Ltda ME R\$ 391.782,00;
2ª) Silesa Saneamento e Terraplenagem Ltda R\$ 408.830,73;
3ª) ECN Engenharia Eireli R\$ 421.000,00;
4ª) Manacial Construções e Saneamento Eireli R\$ 434.000,00;

Inabilitação da empresa:

Dimatec Manutenção Ltda ME, tendo em vista o não atendimento ao exigido no subitem 8.1, 9.1 e 11.1, do Capítulo VI do Edital supracitado.

Habilitação:

A Comissão decide considerar habilitada a empresa Silesa Saneamento e Terraplenagem Ltda e a declara vencedora da licitação.

O inteiro teor da Ata de Julgamento está disponível na internet, no site da Sanepar (<http://licitacoes-sanepar.com.br>). Abre-se o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, conforme determina a legislação vigente.

Dalto Ferreira da Silva

Presidente da Comissão de Licitação

73226/2020

Serviço Social Autônomo

PARANÁ PREVIDÊNCIA

Resultado de Julgamento e Habilitação

Pregão Eletrônico nº 008/2020

A PARANAPREVIDÊNCIA, por intermédio de seu Pregoeiro, torna público o Resultado do Julgamento das Propostas de Preço e de Habilitação referentes ao Pregão Eletrônico nº 008/2020. O Pregoeiro declarou vencedoras do certame as empresas Marcos Aurélio Colloço -EPP, CNPJ 81.431.777/0001-02, para os lotes 01, 02, 04, 06, 15, 29, 33 e 34 no valor de R\$ 371,37 (trezentos e setenta e um reais e trinta e sete centavos); Leo Comercial de produtos manufaturados LTDA, CNPJ 82.323.965/0001-80, para os lotes 05, 12, 14, 19, 21, 27, 31 e 35, no valor de R\$ 24.406,25 (vinte e quatro mil, quatrocentos e seis reais e vinte e cinco centavos); e Top distribuidora de material escolar LTDA EPP, CNPJ 32.835.984/0001-17, para os lotes 07, 08, 09, 11, 13, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 28 e 30, no valor de R\$ 1.793,50 (hum mil, setecentos e noventa e três reais e cinquenta centavos), por apresentarem todas as condições estipuladas no Edital. Os lotes 03, 26 e 32 restaram fracassados, enquanto os lotes 10 e 16 foram anulados pelo pregoeiro, vez que foi identificado falha material na transcrição dos resultados da pesquisa de preço para a planilha de preços máximos constante no termo de referência. Procedimento homologado pelo Conselho Diretor, por meio da Resolução nº 158/2020.

Curitiba, 19 de agosto de 2020

Vinicius Ferrarezi de Souza
Pregoeiro

73267/2020